

EDITORIAL:



SUCESSÃO NA RETTORIA

A corrida para a sucessão na Reitoria da UNICAMP começou. Alguns reitoráveis já manifestaram a intenção de concorrer à lista tríplice, que será apresentada ao Governador do Estado. A consulta à comunidade e a escolha, pelo Governador, de um nome indicado na lista, será em meados do primeiro semestre de 2002.

Mas, infelizmente, estas notícias importantes apenas chegam à comunidade acadêmica (docentes, funcionários e alunos) através da imprensa. Já no final de agosto e começo de setembro, jornais de circulação regional e estadual estampavam alguns nomes de possíveis candidatas.

Preocupada com este momento importante da Universidade e com o transcorrer dos acontecimentos, a ADUNICAMP publicou, no Boletim nº 26 (30/10/2001), uma nota convidando os reitoráveis a participarem de um Debate e mostrarem suas propostas através do **Jornal ADUNICAMP**. E entrou em contato com todos os docentes apontados pela imprensa.

Nos dias que se sucederam, alguns docentes listados pelos jornais confirmaram a candidatura, outros decidiram não aderir ao pleito nesse primeiro momento, e um novo nome apareceu.

Com o intuito de contribuir para o debate sobre a sucessão e levar à comunidade acadêmica as propostas dos reitoráveis, a ADUNICAMP está publicando um jornal sobre o tema.

Nesta edição do **Jornal ADUNICAMP**, estão as entrevistas com cinco docentes que confirmaram a intenção de concorrer à Reitoria: Carlos Henrique de Brito Cruz (IFGW) e José Tadeu Jorge (FEAGRI), candidatos a reitor e vice-reitor, respectivamente; José Tomaz Vieira Pereira (FEM e Presidente da FUN-CAMP); Roberto Romano da Silva (IFCH); e Vitor Baranauskas (FEEC).

Para cada candidato a reitor foi estipulada uma página do jornal (entre as páginas 3 a 6). A paginação foi determinada seguindo a ordem alfabética do nome dos docentes. Os candidatos responderam um questionário, elaborado pela Diretoria da ADUNICAMP, contendo cinco questões sobre Autonomia Universitária, Expansão de Vagas, Campanha Salarial e Escolha do Reitor. Foi definido o limite de até quinze linhas para cada resposta. Os candidatos também enviaram um breve currículo e uma foto. **Todo o material foi entregue para a Imprensa da ADUNICAMP até as cinco horas da tarde do último dia dezoito de novembro.** Tal data foi fixada como forma de garantir tempo hábil para a elaboração do jornal.

Além deste jornal, a ADUNICAMP, em conjunto com a APG, o DCE e o STU, vai realizar o **"I DEBATE ENTRE REITORÁVEIS - UNICAMP 2001"**, no próximo dia vinte e oito de novembro (quarta-feira), às 12h00, na Sala 3 do Centro de Convenções da UNICAMP. Al-

guns nomes que estão neste jornal já confirmaram presença.

Esperamos, com isso, contribuir para que a comunidade tenha contato com os programas dos reitoráveis. E que, no momento da escolha, tenha condições de decidir mais claramente os nomes que vão compor a lista tríplice, que será encaminhada ao Governador do Estado.

Esta edição do **Jornal ADUNICAMP** também traz uma resenha do livro "Tortura e Maus Tratos no Brasil: Desumanização e Impunidade no Sistema de Justiça Criminal", lançado pela Anistia Internacional, e que relata os casos de tortura e maus tratos no nosso país. O livro demonstra, através de casos devidamente documentados, a prática rotineira da tortura em delegacias, quartéis e prisões. O fim da tortura no país foi o carro-chefe de um relatório apresentado pelo Brasil à ONU. Na seqüência, uma entrevista exclusiva com Tim Cahill, do Secretariado Internacional da Anistia Internacional, concedida da Inglaterra, por e-mail.

E, finalizando, uma breve retrospectiva da greve dos docentes das Universidades Federais, que já completou mais de três meses. Nas últimas semanas, acompanhamos, estarecidos, as investidas do governo contra o movimento sindical e a universidade pública. No momento do fechamento desta edição, permanecia o impasse nas negociações entre docentes e o MEC.

Boa leitura!

ÍNDICE:

2 TORTURA E MAUS TRATOS NO BRASIL: DESUMANIZAÇÃO E IMPUNIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

3 CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ e JOSÉ TADEU JORGE

4 JOSÉ TOMAZ VIEIRA PEREIRA

5 ROBERTO ROMANO DA SILVA

6 VITOR BARANAUSKAS

7/8 BREVE RETROSPECTIVA DA GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

LANÇAMENTO DE LIVRO

No próximo dia cinco de dezembro, Cecília Coimbra, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e da direção do "Grupo Tortura Nunca Mais - RJ", lança o livro: "Operação Rio - o mito das classes perigosas: um estudo sobre mídia impressa, violência urbana e segurança pública", (editoras Intertexto e Oficina do Autor, do Rio de Janeiro).

O lançamento será no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, a partir das 14 horas, com palestra, debate e apresentação de vários filmes e documentários direta ou indiretamente relacionados ao assunto.

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - **ADUNICAMP**

Diretoria:

José Roberto Zan, presidente; Maria Aparecida Moysés, 1º vice-presidente; Elias Basile Tambourgi, 2º vice-presidente; José Vitorio Zago, 1º secretário; Maria Cristina Bahia Wutke, 2º secretário; Nelson Prado Alves Pinto, 1º tesoureiro; Luiz Antônio Viotto, 2º tesoureiro; Adolpho Hengeltraub, Diretor Administrativo; Tânia Maria Alkmim, Diretora de Imprensa; Márcia Regina Nozawa, Diretora Cultural.

Endereço:

Rua Érico Veríssimo, 1.479 — Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Campinas / SP — CEP 13091-970

Telefone / fax: (19) 3289-1148 / 3289-5229
3788-7752 / 3788-7173

Home page: <http://www.adunicamp.org.br>

E-mail: adunica@uol.com.br

JORNAL ADUNICAMP — Novembro 2001

Editor Responsável: Márcio Souza

Projeto Gráfico/Ilustrações: Delfin (delfin@ig.com.br)

Distribuição: Oséias Ribeiro Queiroz e Roberto Munhoz

Gráfica: R. Vieira

Tiragem: 4.000 exemplares

Distribuição Gratuita

O **JORNAL ADUNICAMP** é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Esta edição foi fechada na Redação dia 22 de novembro de 2001. Distribuição Gratuita

TORTURA E MAUS TRATOS NO BRASIL: DESUMANIZAÇÃO E IMPUNIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Sergio Silva*



Reprodução da capa do livro da Anistia Internacional

O governo do Brasil ratificou, sem reservas, a Convenção Contra a Tortura da ONU em 1989, mas só apresentou o seu primeiro relatório com dez anos de atraso. Em maio deste ano, o texto do governo brasileiro foi submetido ao Comitê Anti-tortura, em Genebra. A afirmação do fim da tortura em nível federal - carro chefe do relatório - foi contestada pelo Centro de Justiça Global e pelo "Grupo Tortura Nunca Mais - RJ", com a apresentação de um dossiê sobre a tortura nas Forças Armadas. Alguns dos casos, então denunciados, foram incluídos, pela Anistia Internacional, no livro: "Tortura e Maus Tratos no Brasil: Desumanização e Impunidade no Sistema de Justiça Criminal" (Anistia Internacional, outubro de 2001).

O trabalho da Anistia Internacional não se pretende exaustivo. Não é uma simples lista das numerosas denúncias - devidamente documentadas - que reuniu, mas a apresentação de casos exemplares, cujas características indicam a prática generalizada e rotineira da tortura em delegacias, quartéis e prisões, nas mais diversas regiões do país. A resposta do governo brasileiro foi lamentável: uma campanha publicitária - SOS Tortura - conclama a população a denunciar casos de tortura, como se o próprio governo não fosse o principal responsável por esta trágica realidade.

O livro reúne documentos acachapantes, inclusive fotos de locais e instrumentos de tortura, de pessoas submetidas à tortura. O que os governantes brasileiros pretendem fazer com as "Recomendações" da Anistia Internacional sobre "Polícia", "Denúncias", "Proteção de vítimas, testemunhas e defensores dos direitos humanos", "Exames médicos e periciais", "Representação legal" (direito a advogado e defensores públicos), "Promotoria", "Judiciário", "Prisões, cadeias e delegacias", além daquelas diretamente dirigidas ao "Governo federal"?

O livro apresenta, em Apêndice, dois documentos da ONU: as conclusões do relatório sobre a tortura no Brasil, da Comissão de Direitos Humanos; e as conclusões e recomendações do Comitê Anti-tortura - Brasil. Para aqueles que defendem o simples aumento da repressão como meio de combate à violência e à criminalidade, o documento da Anistia é simplesmente arrasador. Talvez, por isso mesmo, tenha sido praticamente ignorado pela grande mídia, pelas autoridades governamentais e - lamentavelmente - pela própria universidade.

* Sergio Silva é professor do IFCH e ex-presidente da ADUNICAMP.

A ANISTIA NAS PALAVRAS DE UM DE SEUS MILITANTES

No último dia 17 de novembro, a Imprensa da ADUNICAMP realizou uma entrevista, por e-mail, com Tim Cahill, do Secretariado Internacional da Anistia Internacional. De Londres, Tim Cahill falou sobre o papel da Anistia e a luta pelo respeito aos Direitos Humanos.

Imprensa ADUNICAMP: Qual a importância da luta pelo respeito aos Direitos Humanos no mundo de hoje?

Tim Cahill: A luta pelos Direitos Humanos nunca foi tão importante. A situação internacional mostra que - desde a Declaração Universal de Direitos Humanos, lançada há mais de 50 anos - continuamos sempre tendo que batalhar para preservar os direitos conquistados e assegurar estes mesmos direitos, em grande parte do mundo. A presente situação internacional tem mostrado a facilidade que as autoridades, em todas partes do mundo, têm para retirar os direitos básicos dos indivíduos. Por isso, a luta pelos Direitos Humanos continua sendo tão importante hoje.

IA: Qual o papel da Anistia Internacional nesta luta?

TC: O papel da Anistia é a própria internacionalização da luta. Seja em relação a problemas levantados por uma guerra internacional, seja em relação à tortura que acontece numa delegacia, em um bairro de Belém, a Anistia fala com a voz de seus milhares de membros em todo o mundo. Protesta contra todos estes acontecimentos. Isto dá à Anistia um poder que lhe garante acesso a comitês das Nações Unidas, gabinetes de governos, prisões e campos de refugiados, em todo o mundo. Além disso, a Anistia luta, com habilidade e empenho, durante anos, até conseguir a libertação de um prisioneiro de consciência ou a prisão de um torturador.

IA: Como o senhor avalia o último relatório da Anistia sobre o Brasil?

TC: Este relatório faz parte de uma campanha mundial da Anistia Internacional

contra a tortura. O trabalho feito pela equipe do Brasil, durante os últimos três anos, começou com o lançamento de uma campanha sobre a situação penitenciária e reflete a gravidade do problema no Brasil. O país tem sido um dos focos desta campanha internacional. Além disso, este relatório foi lançado num momento importante no Brasil, após o escrutínio internacional que o país tem sido alvo, com a visita do relator especial das Nações Unidas e do Comitê Contra a Tortura da ONU, neste ano. Foi neste clima que o próprio governo lançou uma campanha contra a tortura no país. Este relatório e a campanha da Anistia ajudam a manter a pressão internacional sobre o governo, a fim de que sejam realizadas as reformas concretas necessárias para o fim da impunidade e à implementação da lei contra a tortura. Estes serão os primeiros passos para acabar com a tortura no Brasil.

Se você deseja obter mais informações sobre os trabalhos realizados pela Anistia Internacional, visite o site <http://www.amnesty.org>

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ e JOSÉ TADEU JORGE



AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Imprensa ADUNICAMP: De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades "gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial". Na sua opinião, qual a importância desse dispositivo constitucional para a Universidade?

Carlos Henrique de Brito Cruz e José Tadeu Jorge: Autonomia universitária é elemento essencial para o desenvolvimento de universidades criadoras de conhecimento, proporcionadoras de boa educação, críticas e atuantes na vida nacional. O dispositivo constitucional é fundamental, mas é necessário que outras condições sejam satisfeitas. Sem financiamento adequado e permanente, não há como se falar em autonomia. Em São Paulo, avançou-se bastante ao se estabelecer, ainda que por Decreto, a vinculação orçamentária. Um primeiro passo necessário para consolidarmos esta conquista é a conversão do Decreto em Lei. Entretanto, ainda temos um item grave a ameaçar a autonomia: a questão da Previdência. O próprio conceito de autonomia implica que devemos buscar a viabilização de um Fundo de Previdência para as Universidades Estaduais Paulistas. Este Fundo é essencial para que possamos equacionar a questão da pressão sobre a folha de pagamento e sobre o orçamento.

IA: Na UNICAMP, a reforma dos Estatutos, iniciada em 1999, foi convocada pela Reitoria, com a finalidade de adequá-los à nova LDB, uma Lei infraconstitucional. Na sua opinião, a reforma realizada nesses termos era necessária? Por que?

CHBC e JTJ: A reforma proposta pela Reitoria, em 1999, ia muito além da eventual compatibilização dos estatutos com a LDB. Foi um processo desnecessariamente apressado, no qual pretendeu-se realizar uma enorme reforma estatutária em poucos meses, usando-se como pretexto uma eventual incompatibilidade com a LDB. Felizmente, o Conselho Universitário da UNICAMP soube recolocar a questão em sua medida adequada, realizando apenas algumas alterações estatutárias que permitem à UNICAMP utilizar instrumentos importantes viabilizados pela LDB, tais como Ensino à Distância, Mestrado Profissional

e Cursos Seqüenciais. Outras modificações muito mais essenciais para a vida da UNICAMP, tais como a composição dos Conselhos Departamentais, que aguardam discussão desde a institucionalização, não foram ainda deliberadas.

EXPANSÃO DE VAGAS

IA: Neste ano, o CRUESP apresentou ao Governo do Estado uma proposta de expansão de vagas nas Universidades Públicas Paulistas. Como o senhor avalia esse projeto e a forma como ele foi elaborado? Na condição de reitor, como o senhor conduziria o processo?

CHBC e JTJ: Não há como contestar a necessidade urgente da expansão do sistema superior público em São Paulo. Aumentar o número de matrículas no ensino superior público é questão emergencial e essencial para o desenvolvimento nacional. A atual estratégia nacional, baseada no aumento de vagas em escolas privadas, muitas delas com fins lucrativos, não é moralmente aceitável, nem economicamente viável. Além disso, tem se demonstrado academicamente desastrosa.

O aumento das matrículas nas universidades públicas precisa ser feito mediante projetos, elaborados pelas universidades, que levem em conta as especificidades de cada uma das instituições e provendo-se as condições adequadas de infra-estrutura e pessoal, especialmente docentes. No caso da UNICAMP, é necessário considerar o compromisso com a excelência acadêmica e, por isso, com atividades de pesquisa na fronteira do conhecimento. A UNICAMP desempenha um papel insubstituível no sistema brasileiro de pós-graduação, sendo a única universidade brasileira na qual a população de pós-graduandos é equivalente à de graduandos.

Cremos que é possível aumentar as vagas oferecidas pela UNICAMP, desde que se respeitem as condições acima e se criem as adequadas condições de infra-estrutura. Isto só poderá ser realizado mediante um projeto que seja elaborado com a participação da comunidade universitária. O grande defeito do projeto elaborado pelo CRUESP é que ele nunca foi objeto de discussão nas unidades da UNICAMP. Perdeuse, assim, a oportunidade de agregar conhecimento acumulado nas unidades da universidade sobre o funcionamento do ensino de graduação.

Finalmente, é preciso reconhecer que o

aumento de vagas no ensino superior não poderá ocorrer somente com apoio estadual. São Paulo é o único estado brasileiro no qual o ensino superior público é majoritariamente estadual. É necessário maior apoio da federação.

CAMPANHA SALARIAL

IA: Na Campanha Salarial de 2000, a negociação que se estabeleceu entre entidades do Fórum das Seis e o CRUESP, durante o processo de greve, culminou na definição de uma fórmula que permite o cálculo de reajuste salarial com base na evolução da arrecadação do ICMS. Qual sua posição com relação a esse mecanismo?

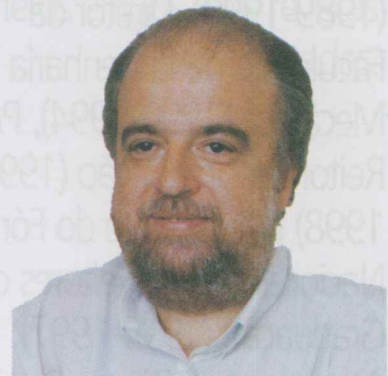
CHBC e JTJ: É indiscutível a necessidade de uma política salarial que seja respeitada e que aponte para uma recuperação progressiva dos salários. O mecanismo estabelecido se baseia num conceito há muito tempo consolidado na comunidade da UNICAMP, que é o de se aplicar nos custos da folha de pagamento 85% do orçamento recebido do Tesouro do Estado, através do percentual estabelecido no Decreto sobre a vinculação orçamentária. Tal nível de comprometimento permite que a universidade funcione adequadamente e invista em seu futuro.

ESCOLHA DE REITOR

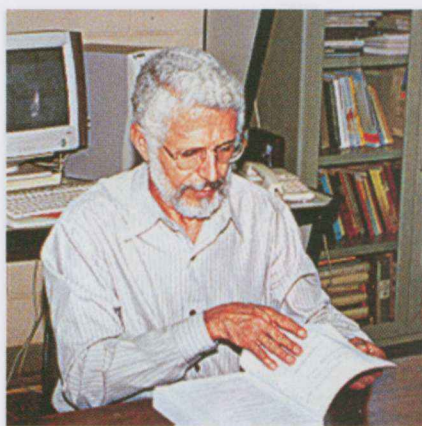
IA: Caso o seu nome não for o mais votado na consulta à comunidade, o senhor aceitaria ser indicado pelo Governador para ocupar o cargo de reitor da UNICAMP? Por que?

CHBC e JTJ: No momento atual da vida da UNICAMP, é fundamental que o reitor indicado pelo governador tenha a representatividade necessária para implementar seu programa. É preciso construir um ambiente de muito maior diálogo entre a administração da universidade e a comunidade universitária. Tal representatividade só existirá se o indicado for o mais votado, de acordo com as regras vigentes. Por isso, só poderei aceitar a indicação se tiver sido o mais votado. Estamos trabalhando com afinco para conseguir o primeiro lugar na lista da comunidade, na lista do Conselho Universitário e podermos, assim, ser objeto da indicação pelo Governador.

Carlos Henrique de Brito Cruz, 45 anos, é professor MS-6 do Instituto de Física da UNICAMP. Sua área de pesquisa é a Física Experimental, na qual estuda fenômenos ultrarápidos usando lasers de pulsos ultracurtos. Foi 2º vice-presidente da ADUNICAMP (1984-1985). Diretor do IFGW de 1991 a 1994; Pró-Reitor de Pesquisa da UNICAMP, de 1994 a 1998; e é Diretor do IFGW desde 1998. Desde 1995 é membro do Conselho Superior da FAPESP. Em 1996 foi indicado Presidente do Conselho e da FAPESP. Foi re-indicado em 1998 e em 2000, cumprindo atualmente um mandato de três anos como Presidente da fundação. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da Ordem do Mérito Científico (República Federativa do Brasil), em ambos os casos desde 2000.



José Tadeu Jorge, 48 anos, é Professor Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP. Sua área de pesquisa é Tecnologia Pós-Colheita, na qual estuda produtos minimamente processados. Foi Diretor da FEAGRI de 1987 a 1991; Diretor-executivo da Funcamp (1990-1992); Chefe de Gabinete da reitoria (1992-1994); e Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário (1994-1998). Desde 1999 é Diretor da FEAGRI.



José Tomaz Vieira Pereira, 57 anos, é engenheiro mecânico (UNICAMP - 1973) e docente da Faculdade de Engenharia Mecânica desde 1975. Foi presidente do CABS e CACE e é membro fundador da ADUNICAMP, sendo 1º vice-presidente na gestão 1979/1981. Vinculado ao Departamento de Energia da FEM, obteve o Doutorado em 1985 (UNICAMP) e foi bolsista FAPESP em Pós Doutorado em Engenharia Ambiental, na Universidade da Flórida (E.U.A.), em 1998. Foi Diretor do CEMEQ (1989-1990), Diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica (1990-1994), Pró-Reitor de Graduação (1994-1998) e Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (1996-1997). Atualmente é Diretor Presidente da FUNCAMP. Tem publicações acadêmicas na área de Energia e publicações de caráter acadêmico institucional e de política universitária. É assessor do MEC, em Comissões Especiais de credenciamento e avaliação.

JOSÉ TOMAZ VIEIRA PEREIRA

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Imprensa ADUNICAMP: De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades "gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial". Na sua opinião, qual a importância desse dispositivo constitucional para a Universidade?

José Tomaz Vieira Pereira: É fundamental, permitindo que a Universidade possa ser centro de pensamento crítico em relação a todas as áreas do conhecimento. A Universidade está inserida na comunidade e é agente ativo no processo de pensar, criticar e propor rumos para a sociedade, adiantando-se e sinalizando novos caminhos. Num país emergente como o Brasil, a Universidade deve utilizar sua autonomia para propor alternativas de desenvolvimento. A Universidade será autônoma se tiver o apoio e o respaldo da sociedade. Isso implica na necessidade de rever constantemente aquilo que faz. Na situação ideal, o Estado é o provedor dos recursos para a manutenção da Universidade. Não haverá autonomia se não dispuser dos recursos necessários. Em São Paulo, as Universidades Estaduais recebem recursos do Estado com base em decreto governamental, até agora não transformado em Lei. A transformação desse decreto em lei depende de nossos esforços junto ao Legislativo e Executivo estaduais. O apoio da sociedade é fundamental para esse objetivo.

IA: Na UNICAMP, a reforma dos Estatutos, iniciada em 1999, foi convocada pela Reitoria, com a finalidade de adequá-los à nova LDB, uma Lei infraconstitucional. Na sua opinião, a reforma realizada nesses termos era necessária? Por que?

JTVP: A UNICAMP, desde sua fundação em 1966 até 1984-1985, viveu sob um Estatuto outorgado pelo poder da época. Em 1984-1985 ocorreram grandes discussões a respeito da reforma dos Estatutos, culminando naquele vigente até 2000. A leitura do Estatuto de 1985 mostra claramente que o trabalho não foi concluído, havendo necessidade de continuar a reforma. Evidentemente, reformas estatutárias não devem ser efetuadas a todo momento. Aprimoramentos poderiam ser introduzidos através do Regimento, respeitando os Estatutos.

Em 1996-1997, problemas envolvendo alguns cursos de Graduação levaram à necessidade de discussão para a reforma dos Estatutos no que tange à Graduação. Um grupo da Pró-Reitoria de Graduação chegou a fazer uma proposta inicial, apresentada a CCG e posteriormente encaminhada às instâncias superiores.

Esse processo não teve continuidade por motivos diversos. O tema foi retomado em 1999. A reforma dos Estatutos era necessária, não apenas para adequá-la a nova LDB, pois uma simples adequação em termos burocráticos e legais não auxiliaria a Universidade avançar na direção necessária. Um exemplo é o caso da exigência do professor ministrar 8 horas/aula por semana na Graduação, introduzida para propiciar o aumento no número de vagas. O atendimento desse quesito pode ser feito de forma burocrática através do aumento do número de turmas por disciplina, significando uma redução da quantidade de alunos por professor ou através do aumento da carga horária de disciplinas. Em ambas as situações, seria mantida a mesma quantidade de vagas para a Graduação. Vale lembrar que a simples elaboração de nova grade curricular não significa melhoria no ensino de Graduação.

A Universidade, embora diga priorizar o ensino de Graduação, não aplica o esforço necessário e nem valoriza adequadamente os que se empenham mais neste trabalho. É fundamental definir com clareza, objetivos, meios, ações e, enfim, efetuar o planejamento adequado.

EXPANSÃO DE VAGAS

IA: Neste ano, o CRUESP apresentou ao Governo do Estado uma proposta de expansão de vagas nas Universidades Públicas Paulistas. Como o senhor avalia esse projeto e a forma como ele foi elaborado? Na condição de reitor, como o senhor conduziria o processo?

JTVP: No documento do CRUESP encontramos importante diagnóstico da questão da expansão de vagas na Universidade Pública Paulista. O projeto tem o grande mérito de apresentar uma proposta objetiva, o que facilita tanto as críticas, quanto sugestões para seu aprimoramento.

A questão fundamental é analisarmos o impacto desta expansão de vagas sobre as atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão. A extensão universitária é visível nos serviços oferecidos pela área de saúde

e cursos de extensão. Temos as melhores pós-graduação e produtividade em pesquisa do país. É importante avaliar o impacto da expansão de vagas na Graduação sobre todas as atividades desenvolvidas na universidade. Precisamos, enquanto comunidade, encarar este desafio. Devemos ser criativos e inovadores, propondo aumento qualificado de vagas voltadas para a formação de profissionais completos, diferenciados e competentes em todas as áreas do conhecimento.

CAMPANHA SALARIAL

IA: Na Campanha Salarial de 2000, a negociação que se estabeleceu entre entidades do Fórum das Seis e o CRUESP, durante o processo de greve, culminou na definição de uma fórmula que permite o cálculo de reajuste salarial com base na evolução da arrecadação do ICMS. Qual sua posição com relação a esse mecanismo?

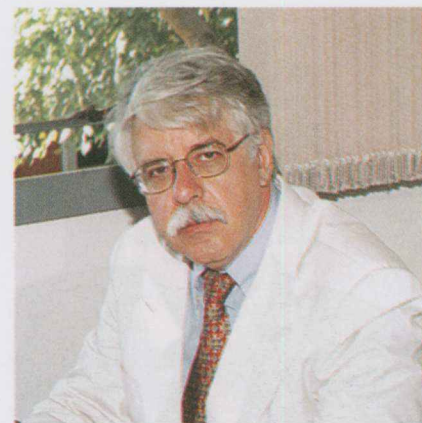
JTVP: A fórmula de cálculo dos reajustes salariais com base na evolução do ICMS é um mecanismo que possibilita transparência e objetividade nas negociações e prevê, também, um "fundo de reserva". A fórmula, boa para ICMS crescente ou pelo menos estável, deixará a instituição fragilizada para ICMS decrescente. Desta maneira, é visível que ainda são necessários aprimoramentos que garantam a aplicabilidade deste mecanismo. O debate sobre a fórmula de cálculo dos reajustes salariais estará na proposta inicial da minha gestão.

ESCOLHA DE REITOR

IA: Caso o seu nome não for o mais votado na consulta à comunidade, o senhor aceitaria ser indicado pelo Governador para ocupar o cargo de reitor da UNICAMP? Por que?

JTVP: A comunidade estará escolhendo um candidato em função de seu histórico, de sua experiência e da proposta de trabalho apresentada. A escolha do candidato e do seu programa pode ser entendida pelo candidato como um compromisso de participação por parte da comunidade. Dessa forma, mesmo respeitando o direito do Governador escolher livremente entre os três nomes da lista, apenas aceitarei se for o primeiro colocado na consulta à comunidade.

ROBERTO ROMANO DA SILVA



Roberto Romano da Silva, 55 anos, é Professor Titular do Departamento de Filosofia do IFCH, na área de Ética e Filosofia Política. Doutorou-se em Paris em 1978, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Ingressou na UNICAMP em 1982, na Faculdade de Educação. Foi Chefe de Departamento; Diretor Associado (Faculdade de Educação). Integrou a CADi e o CONSU. Pesquisador 1A do CNPq; Assessor *Ad hoc* da FAPESP, CNPq e Capes. Tem seis livros publicados e escreveu inúmeros artigos para revistas especializadas.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Imprensa ADUNICAMP: De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades "gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial". Na sua opinião, qual a importância desse dispositivo constitucional para a Universidade?

Roberto Romano da Silva: A importância não é apenas constitucional. Ela é histórica e significa importante etapa a mais na conquista de uma sociedade democrática. A autonomia universitária entra na doutrina mais ampla da Constituição de 88, cujo cerne é a ideia de autonomia. Deste modo, foi consagrada a autonomia entre os três poderes (algo ainda não conquistado de fato em nossa Federação), a autonomia do Ministério Público (que já trouxe frutos relevantes na luta contra a corrupção e a malversação de recursos oficiais), e outras autonomias. A autonomia universitária resulta desta forma constitucional democrática, inédita no Estado brasileiro. Lutar pela autonomia universitária significa para mim, e sempre significou em todas as minhas atitudes públicas, ampliar as garantias de vida, educação, segurança, ciência e técnicas para os cidadãos que pagam impostos e asseguram a existência das universidades públicas.

IA: Na UNICAMP, a reforma dos Estatutos, iniciada em 1999, foi convocada pela Reitoria, com a finalidade de adequá-los à nova LDB, uma Lei infraconstitucional. Na sua opinião, a reforma realizada nesses termos era necessária? Por que?

RRS: Todos os que leram meus pronunciamentos em artigos, seminários, congressos, conhecem o que penso sobre a LDB. Eu a considero um monstro legal, sem unidade interna, sem altitude e relevância sócio-política. Instrumento que surgiu do desprezo pelos trabalhos empreendidos no

Fórum de Educação, dirigido pelo eminente Deputado Florestan Fernandes (liderança que garantiu a autonomia universitária na Constituição de 88), a LDB é norma que merece ser revista, no Parlamento Nacional, para perder seus vícios de origem. Assim, considero e considero um erro grave a atitude universitária que procurou definir, sem diálogo sério, os Estatutos nos moldes desta Lei falha e imposta à comunidade de ensino e pesquisa.

EXPANSÃO DE VAGAS

IA: Neste ano, o CRUESP apresentou ao Governo do Estado uma proposta de expansão de vagas nas Universidades Públicas Paulistas. Como o senhor avalia esse projeto e a forma como ele foi elaborado? Na condição de reitor, como o senhor conduziria o processo?

RRS: Todo professor responsável na universidade sabe que é tarefa fundamental expandir o ensino público de terceiro grau ao maior número de cidadãos contribuintes. A tentativa do CRUESP, isoladamente, não basta para sanar esta dívida que as universidades públicas ainda não resgataram. Como reitor, o caminho que proponho é o da consulta à comunidade acadêmica, expressamente para este fim, recolhendo sugestões de equacionamento. Um problema como o colocado na pergunta exige rigor científico e diálogo democrático. A reunião universitária é composta de cérebros maduros e responsáveis, portadores de saberes nas mais variadas faces da cultura e da ciência. Sem populismo, mas sem a excessiva centralização decisória, que hoje impera nos campi oficiais, penso que a comunidade universitária deve, com os conhecimentos e com a prudência de que dispõe, aproximar-se não apenas do Governo, mas também do Legislativo e do Judiciário, discutindo esta questão. E, finalmente, o trato com a sociedade civil é condição essencial para se resolver este problema, que não é apenas de técnica ou de pedagogia, mas sobretudo de opção política democrática.

CAMPANHA SALARIAL

IA: Na Campanha Salarial de 2000, a negociação que se estabeleceu entre entidades do Fórum das Seis e o CRUESP, durante o processo de greve, culminou na definição de uma fórmula que permite o cálculo de reajuste salarial com base na evolução da arrecadação do ICMS. Qual sua posição com relação a esse mecanismo?

RRS: Considero este mecanismo importante, podendo ser aperfeiçoado através do diálogo respeitoso entre movimento docente e administração. Venho, através dos anos, defendendo o respeito ao trabalho docente, a sua valorização. Considero uma tragédia a perda de substância e de quadros da universidade pública, devido aos baixos salários que nela são efetivados.

ESCOLHA DE REITOR

IA: Caso o seu nome não for o mais votado na consulta à comunidade, o senhor aceitaria ser indicado pelo Governador para ocupar o cargo de reitor da UNICAMP? Por que?

RRS: Não aceitari, embora existam precedentes a serem ponderados, como o do Ministério Público Paulista. Considero direito legal do Governador a escolha de um nome em lista tríplice. Mas tenho escrito e proclamado por todos os meios, em minha vida pública, que um reitor é, sobretudo, o representante da comunidade junto aos poderes e não o representante dos poderes junto à universidade. Se um candidato aceita quebrar a vontade emitida livremente pelos seus pares, pelos funcionários e estudantes, ele se torna o representante dos poderes junto aos campi. Sua administração será legal, mas perderá legitimidade, pois resulta de uma quebra da fé pública democrática.



VITOR BARANAUSKAS

Vitor Baranauskas, 49 anos, graduou-se em Engenharia Elétrica (Telecomunicações), em 1975; e em Física (1976) na Universidade de São Paulo (USP). Obteve seus títulos de pós-graduação (Mestrado em 1979 e Doutorado em 1981) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde é Professor Titular MS-6 na Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação. Foi Professor Convidado no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1986) e atualmente é Professor Visitante (ESE-CNPq) na Universidade de Oxford. É pesquisador nível 1A do CNPq. Orientou 32 teses de Mestrado e Doutorado na UNICAMP e na USP. É autor de quatro livros e mais de 67 trabalhos completos publicados em revistas científicas internacionais.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Imprensa ADUNICAMP: De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades "gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial". Na sua opinião, qual a importância desse dispositivo constitucional para a Universidade?

Vitor Baranauskas: A Universidade, como o próprio nome sinaliza, deve ser um grande palco de discussão de idéias universais. Um ambiente onde grandes pensamentos possam ser propostos e exaltados, dogmas possam ser colocados em dúvida e novas teorias possam ser propostas e examinadas. Para que isto aconteça, a liberdade, ou autonomia, é fundamental. Nossa população, que sustenta nossa autonomia financeira, espera da universidade idéias para a solução de seus graves problemas sociais, de saúde, de criação de empregos, de violência, de meio-ambiente, etc. Estas aspirações freqüentemente contrastam, direta ou indiretamente, com interesses políticos, nacionais e internacionais, que vêem a universidade apenas como um sorvedouro de recursos e que querem fazer dela mais um instrumento para manterem-se no poder. A autonomia, que não veio de graça, deve ser conquistada, dia-a-dia, através de nossas realizações.

IA: Na UNICAMP, a reforma dos Estatutos, iniciada em 1999, foi convocada pela Reitoria, com a finalidade de adequá-los à nova LDB, uma Lei infra-constitucional. Na sua opinião, a reforma realizada nesses termos era necessária? Por que?

VB: Freqüentemente, confunde-se movimento com ação. São coisas completamente diferentes. Acredito que, em primeiro lugar, deveríamos ter discutido amplamente as implicações da nova LDB para o futuro de nossa universidade. Poderíamos nos manifestar publicamente em relação aos pontos discordantes e aos pontos favoráveis da nova Lei, contribuindo para o seu atri-

moramento. Em seqüência, no devido tempo, discutiríamos a reforma dos Estatutos, se necessário fosse. A coragem é amiga da independência.

EXPANSÃO DE VAGAS

IA: Neste ano, o CRUESP apresentou ao Governo do Estado uma proposta de expansão de vagas nas Universidades Públicas Paulistas. Como o senhor avalia esse projeto e a forma como ele foi elaborado? Na condição de reitor, como o senhor conduziria o processo?

VB: O crescimento do número de estudantes universitários no País é um fator muito positivo e que deve ser incentivado. Estes estudantes aspiram pelas melhores universidades, que são as Universidades Públicas Paulistas. É natural que estas ofereçam um número de vagas adequado para atrair os melhores alunos. Entretanto, antes do encaminhamento da proposta do CRUESP ao Governo do Estado, os professores deveriam ter sido amplamente consultados para a discussão desta questão.

As atuais condições instrumentais de ensino (salas de aula, laboratórios, computadores, etc.) estão adequadas para esta expansão?

Será que não seria interessante propor novos cursos ao invés da repetição dos mesmos no período noturno e diurno? Os cursos noturnos não são muito longos? Por exemplo, bons alunos de engenharia levam sete anos para concluir a sua graduação no período noturno. Não seria oportuno ter enviado, também, um projeto de bolsas para que os alunos financeiramente carentes pudessem fazer cursos no período integral, concluindo sua graduação muito mais cedo?

CAMPANHA SALARIAL

IA: Na Campanha Salarial de 2000, a negociação que se estabeleceu entre entidades do Fórum das Seis e o CRUESP, durante o processo de greve, culminou na definição de uma fórmula que permitte o cálculo de reajuste salarial com base na evolução da arrecadação do ICMS.

Qual sua posição com relação a esse mecanismo?

VB: Uma maneira bastante simples de acabar com a autonomia e com a própria universidade pública é deixar que a inflação corrompa nossos salários. Entendemos que esta é a fórmula do FMI, a qual está sendo aplicada em nossas universidades federais e nas universidades argentinas. Acredito que a questão do orçamento e dos salários na UNICAMP deve ser acompanhada dia-a-dia, por profissionais competentes, visando não somente a manutenção de reajustes salariais, mas também formas de aumentar o orçamento e proporcionar aumentos reais em nossos salários. Minha sugestão é a criação de uma Pró-Reitoria de Orçamento e Salários, devidamente eleita pela comunidade.

Além da questão salarial, os trabalhadores devem ter condições adequadas de trabalho. No momento em que somos assaltados a mão armada no campus ou em nossas próprias salas, não seria justo recebermos o adicional de insalubridade?

ESCOLHA DE REITOR

IA: Caso o seu nome não for o mais votado na consulta à comunidade, o senhor aceitaria ser indicado pelo Governador para ocupar o cargo de reitor da UNICAMP? Por que?

VB: A estrutura política de nosso País, terceira democracia do mundo, é a de um sultanato. Campanhas milionárias procuram votos para transformá-los em cheques assinados em branco. O sultão, uma vez eleito, escolhe seus ministros, assessores, etc. E aí começa a confusão da partilha, que chamam de governo!

Acredito que todos os cargos de representação da UNICAMP, incluindo todas as Pró-Reitorias, devam ser eleitos pelo voto direto da comunidade, assim como são hoje eleitos os diretores de Faculdades e Institutos. Portanto, minha resposta a esta pergunta é não!

22 de agosto - Iniciou-se a Greve Nacional Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF). Para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ela decorreu não apenas da necessidade de fazer frente ao processo de celetização do trabalho universitário (Projeto de Emprego Público, do governo), mas também pela defasagem salarial (sete anos sem reajustes) e pela defesa das Instituições Federais de Ensino. A Plenária dos servidores federais para a greve no dia 22/08 foi atendida positivamente pela esmagadora maioria das Assembléias Gerais (AG) e a entrada em greve deu-se de forma unificada, com algumas poucas AG's aderindo nas duas semanas seguintes, por problemas de calendário interno.

O quadro mudara rapidamente do primeiro para o segundo semestre: a crise argentina; o peso da greve da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) nas IFES – que se iniciara um mês antes –; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de exigir do governo a reposição das perdas salariais do funcionalismo, desde 1998; e mesmo o anúncio, dias antes do início da greve, do indecente índice de reajuste salarial de 3,5%.

Como na greve das Universidades Paulistas (2000), além dos docentes e dos técnico-administrativos, os estudantes entraram em greve na maioria das IFES, com pauta própria, mas declarando-se na mesma luta.

A pauta – Concursos no Regime Jurídico Único (RJU); contra o emprego público; reajuste de 75,48%; defesa dos direitos dos aposentados (contra previdência complementar e cobrança dos inativos); e garantia dos direitos sindicais – contemplava o conjunto das categorias dos servidores, apesar das especificidades impostas pelos anos FHC, com a política de perseguição aos sindicatos, corte de direitos, arrocho salarial e gratificações diferenciadas.

CNG – O Comando Nacional de Greve (CNG) do Sindicato foi composto por um representante de cada Seção Sindical em greve, mais três representantes da Diretoria do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). Eles dirigem a greve. Suas decisões não são imposição da Direção Sindical, mas representam a vontade das bases sindicais que decidem livremente quem os representa.

12 de setembro - Em vários pontos do país, as manifestações de massa, com interrupção do trânsito em vias públicas, colocaram o movimento em evidência com imenso apoio da população. As diferenciações internas quanto à capacidade de mobilização dos SPF, por volta da segunda semana de setembro, já eram muito evidentes, tendo a greve assumido proporções maiores na área da Seguridade – Previdência e Saúde – e na área da Educação, envol-

vendo a FASUBRA, o ANDES, o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). A força da greve despertou, em uma conjuntura pré-eleitoral, um envolvimento muito elevado do Legislativo Federal com o movimento. Já nas primeiras semanas de setembro, ocorreu grande mobilização parlamentar no sentido de viabilizar audiências com os Ministérios. A intransigência governamental era, porém, a marca.

14 de setembro – Em Reunião na Secretaria de Ensino Superior (SESU), ligada ao MEC, a resposta à pauta foi: não, não e não! No Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), uma audiência marcada para 18/09 não aconteceu. E no dia 19, o Ministro Martus Tavares, recebendo uma Comissão do Comando de Greve, disse na primeira frase: “*não recebo e não negocio com servidores em greve*”. Foi naquele dia que a FASUBRA, lastreada em uma caravana de grandes dimensões, promoveu um Ato Público em frente ao MEC, que forçou a abertura de audiência com o Ministério, incluindo ANDES, SINASEFE e UNE.

26 de setembro – Em decorrência da audiência, veio o anúncio de que mesas de negociação temáticas seriam instaladas no MEC, de forma a garantir que em uma semana se construíssem propostas para o atendimento da pauta. Um dia depois, no entanto, a intransigência governamental se manifestaria novamente, com o anúncio, do Ministro aos Reitores, de que suspenderia o pagamento de setembro, algo que não havia sido colocado na mesa no dia anterior e que caracterizava, claramente, o rompimento das condições democráticas para a negociação.

3 de outubro - A resposta do movimento foi dada nas avenidas de Brasília, com a Marcha em Defesa da Educação Pública. 50 mil pessoas lotaram a Esplanada dos Ministérios, entre elas os grevistas da Área Federal com expressiva participação. Nas manifestações dos grevistas, o aparato policial envolvido na repressão chamou a atenção. A presença, na marcha, de mais de quatro mil policiais militares, armados e com cães, além de Tropas da Cavalaria e policiais civis à paisana, infiltrados na multidão, entrando em confronto com os manifestantes e realizando prisões de estudantes, foi a culminância de várias ações repressivas à manifestações anteriores. Após o ato da FASUBRA, no dia 19/09, o MEC havia entrado na Justiça com pedido de “interdito proibitório” contra as lideranças das duas entidades, com a expectativa de proibir manifestações em Brasília. A retenção dos salários e esta ação judicial/policial tiveram a intenção de criminalizar o movimento sindical organizado.

Após a concessão de liminar do Superior Tribunal de Justiça, garantindo o pagamento dos docentes, o Ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal, cas-

sou a referida liminar, acatando o parecer do Procurador Geral Geraldo Brindeiro, que afirmou ser a greve, além de ilegal, um “*risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia*”. Tempos de arbítrio. Arbítrio ampliado pela constante tentativa do Ministro Paulo Renato de desqualificar a greve, as reivindicações dos docentes, o Comando Nacional de Greve (CNG), a diretoria do Sindicato Nacional e a própria luta em defesa da Universidade Pública. Matérias pagas em jornais, entrevistas e artigos assinados em toda a imprensa, e-mails invadindo constantemente a privacidade das caixas de correio eletrônico dos professores, foram algumas das táticas empregadas neste esforço de desqualificação. Esforço frustrado pela resposta sempre pronta do movimento e pela evidência da luta por direitos de todos os cidadãos. O desgaste, cada vez maior, do ex-presidenciável Paulo Renato neste processo é uma prova de que, até aqui, os grevistas estão vencendo a batalha de idéias em torno da greve.

Outubro - Unificadamente com a FASUBRA e o SINASEFE, foi afirmado que as condições para a negociação não estariam restabelecidas enquanto os pagamentos não fossem liberados. A frente de luta foi ampliada com a decisão generalizada de adiamento dos vestibulares, o que garantiu que a greve continuasse em evidência. A pressão das semanas sem salário, numa greve que entre eles já atingia o terceiro mês, levou a que as bases da FASUBRA resolvessem antecipar as negociações mesmo com os salários retidos.

Fim de outubro e início de novembro - Retomaram-se as negociações com a FASUBRA. Os parlamentares, na tentativa de por um fim rápido às duas greves, propuseram o acordo das lideranças com o comprometimento de R\$ 400 milhões (além dos R\$ 350 milhões já previstos para a GDAE – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional) no Orçamento para o atendimento das reivindicações das duas entidades. Este fato novo colocou os grevistas diante de um impasse, pois os parlamentares atropelavam a discussão política da pauta com limites orçamentários prontos, num momento em que havia a decisão de não voltar à mesa de negociações sem a liberação dos salários. Este fato abriu possibilidades para o fechamento do acordo com a FASUBRA, uma vitória histórica, pois colocou um fim à GDAE – com seu conteúdo de gratificação variável, produtivista e sua ameaça concreta de redução salarial – estabelecendo na prática a incorporação da GAE (Gratificação de Atividade do Executivo – em vigor desde 1991). A tática do MEC de tentar dividir o movimento, resolvendo antes o problema dos técnicos-administrativos, não foi vitoriosa, pois a categoria continuou unida (a FASUBRA acompanha todas as negociações) e as conquistas dos companheiros foram tomadas como referência

BREVE RETROSPECTIVA DA GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



Ricardo Borges / ANDES-SN

para as negociações.

Entretanto, a nova situação foi duplamente complicada. As bases apontaram para a retomada das negociações, mesmo com a retenção dos salários, mas com uma proposta que mantivesse o horizonte de incorporação das duas gratificações (GAE e GED – Gratificação de Estímulo à Docência, em vigor desde 1998), indo além do horizonte de R\$ 250 milhões que restavam dos R\$ 400 milhões após o acordo com a FASUBRA e recusando, taxativamente, a alternativa apresentada pelo MEC de reajuste de 30% na GED e na GID (Gratificação de Incentivo à Docência, em vigor desde 1999), o que demonstrou, claramente, que os docentes não estavam dispostos a ganhos econômicos que comprometessem ainda mais a política salarial. Na semana em que os R\$ 400 milhões surgiram, os parlamentares, mesmo da base governista, acenavam que, dentro deste horizonte de recursos, qualquer proposta poderia ser aceita. Houve a seguir, entretanto, uma recomposição da base governista. Em reunião de FHC com Ministros – Paulo Renato à frente – e líderes do governo no Congresso, ficou acertada a unidade de todos pela manutenção das gratificações produtivistas e variáveis e pela linha da retenção de salários, o que levou a recuos também nas negociações da Previdência.

Os parlamentares, a partir da posição do Ministério de que a GED era “política de governo”, portanto inalterável, e a apresentação de alternativas entre incorporação da GAE, reajuste na GED/GID, equiparação de alguns valores de GED e GID e mudanças na tabela, apresentaram a proposta de ampliar o teto de recursos comprometidos para R\$ 350 milhões. Submetida à rodada de Assembléias Gerais do dia 25/10, a proposta recebeu destas uma resposta inequívoca: trabalhar com o horizonte de R\$ 350 milhões (ampliando-o se possível), incorporar a GAE e equiparar GID e GED. Muitas Assembléias apontaram também para um reajuste linear, a maioria destas indicando

BREVE RETROSPECTIVA DA GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Fotos: Paulo Cabral / ANDES-SN



que isto se faria “com o que restasse” dos valores, apoiadas em cálculos do CNG que não incluíam a variável “ganhos judiciais” entre seus valores.

O CNG passou a trabalhar uma proposta que incluía a incorporação da GAE integral e a equiparação GED e GID não apenas nos valores, mas também nos critérios (primeira apresentada na formulação da extinção da GID e extensão da GED e depois reapresentada como equiparação de valores para aposentados, mestres e doutores, e mudança na Lei da GID para equiparar critérios). Assim, era atendida uma reivindicação histórica de incorporação da GAE, gratificação criada como resultado da greve de 1991 e, desde então, combatida

pela categoria. Uma gratificação cuja incorporação se torna hoje mais importante, face às ameaças concretas de redução de vencimentos, que observamos no processo argentino, e que quase se concretizou com a GEDAE, barrada pela FASUBRA. Tal incorporação repercute financeiramente de forma pequena, mas diferenciada, nos salários. Esta variação é decorrente da própria diferenciação de perdas imposta pelo governo, ao ampliar a massa de gratificações no vencimento e congelar direitos. Anuênios e ganhos judiciais, que podem significar impacto maior desta incorporação para alguns, são direitos defendidos pela categoria. A luta continua para descongelar os anuênios e restabelecer a isonomia na tabela, através da mudança na carreira com piso salarial digno.

Está ainda em curso, nesta greve, a luta pelo reajuste salarial, que terá de ser superior aos 3,5% ridículos, anunciado pelo Executivo. No mesmo Projeto de Lei, que definirá o percentual do reajuste, estarão definidos a data base dos servidores e a necessidade de reposição salarial desde 1998, conforme a decisão do Supremo.

Quanto à equiparação GED/GID, em valores e critérios, é um avanço inegável, pois responderá no sentido da isonomia entre os professores da carreira de 1º e 2º graus e os da carreira de 3º grau, perspectiva quebrada pelo resultado nefasto da greve de 1998, com a criação da GED. As AG's foram inequívocas na decisão de não “rifar” os professores de 1º e 2º graus nas negociações e, por isso, o CNG, após o ajuste dos cálculos, insistiu em ir além dos R\$ 350 milhões para garantir esta reivindicação, cujo atendimento é condição determinante em relação a toda a negociação. Ainda assim, a luta pela incorporação da GED (ou sua extinção nos marcos de uma nova carreira) continuará atual e necessária. Somente dessa forma se terá, de fato, enterrado os problemas da política salarial do governo nos anos 90, em especial os que surgiram após a imposição da GED.

A EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA

A greve foi iniciada em meio a uma conjuntura internacional de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, com uma manifestação no núcleo duro da internacionalização do capital em seu estágio atual – a economia norte-americana – e manifestações periféricas do colapso do modelo neoliberal – a economia argentina, por exemplo.

Este quadro se aprofundou durante os mais de dois meses de greve. Nos EUA, a crise econômica agravou-se. As taxas de desemprego chegaram ao índice mais alto desde dezembro de 1996 (5,4%). Em um mês, reduziram-se 415.000 postos de trabalho, número recorde nos últimos 20 anos. O consumo caiu para os níveis mais baixos, desde fevereiro de 1994; nova redu-

ção da taxa de juros (que está em 2,5% ao ano) foi anunciada e o Executivo está recorrendo ao Congresso para um crédito extra de US\$ 100 milhões. Trata-se de uma recessão já anunciada, mas aprofundada pelos acontecimentos que se seguiram ao atentado de 11 de setembro, fato decisivo no cenário internacional, ocorrido no meio do movimento. Embora a economia norte-americana tenha lições históricas de recuperação por meio de esforço armamentista, esta guerra, ora em curso, está cercada de incertezas, pois se constrói em meio a uma crise econômica e a uma crise do próprio papel norte-americano de polícia do mundo, como simbolicamente o demonstraram os alvos do ataque de 11/09.

Na periferia, as repercussões são ainda mais graves. Recentemente, o governo argentino esteve bem próximo de jogar a toalha. O até agora impronunciável apareceu em cena: não há mais condições para o pagamento da dívida externa daquele país. Renegociação é o termo brando para um calote inevitável, dado o esgotamento completo da capacidade financeira do Estado argentino, materializado pelo paradoxo neoliberal de privatizar a cobrança de impostos.

Crise que, obviamente, respinga no Brasil. No começo de novembro, o BIRD (Banco Mundial) divulgou nova lista de países em situação de risco, que incluía a economia brasileira. O questionamento à lista viria da missão do FMI, que se encontra no país para analisar o cumprimento das metas do último acordo entre o governo brasileiro e o Fundo.

Este contexto serve de orientação para entender o significado dos R\$ 363 milhões que estavam na mesa, ou, mais ainda, dos cerca de R\$ 850 milhões que surgiram nas negociações da área de Educação (FASUBRA, ANDES, SINASEFE). Valores bem mais elevados do que os cerca de R\$ 200 milhões necessários para fechar o acordo da Previdência ou os valores semelhantes envolvidos na negociação da Saúde. Valores irrisórios quando comparados aos diariamente pagos de juros da dívida. Muito pouco frente aos R\$ 2 bilhões anuais de renúncia do governo no acordo de perdão da dívida dos latifundiários anunciado há algumas semanas. Quantia insignificante perto dos R\$ 6 bilhões que Malan afirma que irá usar no socorro às empresas aéreas. Os R\$ 363 milhões são ainda insuficientes para o conjunto da pauta dos docentes federais, mas já que este movimento não reverterá o conjunto da orientação macroeconômica do governo, derrotá-lo neste nível será uma vitória e estes valores não deixarão de ser significativos no contexto de submissão brasileira aos organismos financeiros internacionais.

O MOMENTO ATUAL

Na mesa de negociações do dia 31/10,

novos ingredientes reforçaram a posição do movimento. A decisão do STF de liberar os salários de setembro, com toda a sua sustentação em argumentos favoráveis ao direito de greve e à autonomia universitária, fortaleceu o movimento. Aliada à crise criada pela insistência irresponsável do interventor Vilhena (José Henrique Vilhena, reitor da UFRJ) em manter um vestibular que o movimento garantiu que não se efetivaria.

Isto explica a construção, na reunião de 31/10, de um Termo de Acordo, que atendeu na íntegra a proposta docente. Porém, após toda a pressão para ampliar os recursos postos à mesa e os vários compromissos de parlamentares com os R\$ 350 milhões, a crise interna do orçamento, entre o líder do governo e o relator do orçamento, de um lado, e os Ministros de outro, girando em torno de quem abriria mão de verbas orçamentárias (se as emendas parlamentares ou a reserva de contingência do Executivo), acabou inviabilizando a assinatura do Termo. A atitude dos negociadores do CNG, na figura do Presidente do ANDES, de afirmar que aquele termo atendia às reivindicações dos docentes, como resultado do processo de negociações, e que agora a responsabilidade para por fim à greve passava a ser exclusivamente do governo, foi acertada. A imagem de que o governo rompeu o acordo foi absorvida pela imprensa, no primeiro momento, apesar do esforço do MEC de tentar construir a imagem de que a categoria demorou para se decidir ou de que mudava constantemente de posição. É preciso reforçar, junto à comunidade interna e à opinião pública, esta caracterização da responsabilidade do governo pelo emperramento das negociações e o prolongamento da greve.

Os termos do acordo foram, por todos os motivos aqui expostos, ratificados pela maioria das Assembléias Gerais de 01/11. Fazer valer estes termos diante da crise do governo será mais uma batalha decisiva, principalmente agora que Paulo Renato, com toda a desfaçatez que lhe caracteriza, anuncia que reapresentará a proposta de reajuste de 30% na GED e na GID, já rejeitada pelo movimento. Reforçar a greve, mantendo a unidade em torno da continuidade e fortalecimento do movimento, bem como em torno da atuação do CNG é fundamental para que a vitória seja conquistada. Voltar às ruas, reforçar as AG's, ampliar a pressão pelo adiamento dos vestibulares, manter forte o cerco nas bases e em Brasília aos parlamentares, são alguns dos encaminhamentos já indicados para efetivar este reforço. A indicação das oposições de que obstruirão as votações do orçamento até que se resolva a greve é um fato positivo.

A luta continua!